



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PERÍCIAS DE LABORATÓRIO - SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

PROJETO BÁSICO

**PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA POLÍCIA FEDERAL EM EVENTO DE
CAPACITAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 08201.000858/2018-57 - RELACIONADO AO
PROCESSO
ADMINISTRATIVO SEI N.º 08201.000592/2018-42)**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de 36 (trinta e seis) vagas, visando à inscrição de servidores da Polícia Federal da área de química forense, lotados em várias unidades de criminalística da Polícia Federal, no evento de capacitação promovido pela Sociedade Brasileira de Ciências Forenses (SBCF), qual seja, o 6º Encontro Nacional de Química Forense (ENQFor) , conforme condições, quantidades, valores e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Benefícios da participação

A participação dos requerentes na ação de capacitação é de elevada importância para o INC/DITEC/PF e demais unidades descentralizadas, pois trará o que há de mais atualizado na área de química forense, promovendo um fórum de discussão dos avanços na área, por meio de conferências, palestras, sessões coordenadas, palestras técnicas, workshops, minicursos e a apresentação de trabalhos na forma de pôsteres, permitindo o aperfeiçoamento profissional desses servidores, que trabalham, diariamente com análises químicas de diversos materiais e substâncias de interesse forense.

Neste 6ª Edição houve grande integração de Peritos Criminais Federais do da Polícia Federal com a organização do evento, resultando na indicação e convite de apresentadores e palestrantes que terão representação nacional e internacional em diversas áreas da química forense e que interessam.

Ademais, precede esse 6º ENQFOR, mais um **Simpósio Nacional sobre Drogas Sintéticas**, na mesma localidade e aproveitando-se das instalações do ENQFOR. Por serem eventos complementares, já estão inscritos no **Simpósio Nacional sobre Drogas Sintéticas** os mesmos 36 Peritos Criminais Federais relacionados acima. Dessa forma, é uma oportunidade única de participação em eventos de grande importância para a capacitação dos peritos e que aperfeiçoa recursos ao realizar os dois eventos em um mesmo local.

Como não tem sido realizados Seminários de Química Forense no INC/DITEC, é muito mais econômico para Polícia Federal, participar de um grande evento com esse, pagando as inscrições para Peritos Criminais Federais da área de laboratório. É uma grande oportunidade para realizarmos um encontro nacional de Peritos Criminais Federais da área de laboratório. Já foi realizado um pré-agendamento com a organização do evento de um espaço, onde será realizado um encontro de 4 horas entre todos os Peritos Criminais Federais da área de laboratório.

A natureza do serviço a ser contratado se enquadra no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria 4453/2014-DG/DPF, especificamente na Ação Estratégica "Gestão da Qualidade de Prova", no processo interno "Apresentar Excelência na Qualidade da

Prova", haja vista que o aperfeiçoamento profissional na área de engenharia promove a melhoria dos exames periciais e inovações nas técnicas e métodos empregados na perícia.

2.2. Descrição do evento

A primeira edição do Encontro Nacional de Química Forense (1º ENQFor) foi realizada em 2008, e desde então tem ocorrido bianualmente sempre com a organização de docentes do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - Campus de Ribeirão Preto (Instituição responsável pela implementação do primeiro curso de graduação em Química Forense no Brasil). A última edição do evento foi realizada em 2016, contou com a promoção da Sociedade Brasileira de Ciências Forenses (SBCF) e reuniu aproximadamente 500 participantes. Para o 6º ENQFor, a comissão organizadora novamente terá a promoção da SBCF - entidade formada por profissionais e pesquisadores de Ciências Forenses.

O Encontro Nacional de Química Forense, realizado em Ribeirão Preto/SP, é o único evento de capacitação específico da área de perícia química no Brasil. O evento tem uma abordagem ampla da importância da química na área forense, com foco na apresentação e discussão de temas relacionados com o foro criminal. O público alvo consiste de peritos criminais federais da área de laboratório e que contará também com a presença de professores universitários e pesquisadores.

2.3. Benefícios obtidos de edições anteriores do evento

Os Peritos Criminais Federais têm participado efetivamente do evento desde a sua primeira edição em 2008, colhendo diversos frutos dessas participações. Os conhecimentos adquiridos levaram a grandes progressos na assimilação e distribuição de informação de química forense. Foram feitos diversos contatos com peritos, pesquisadores e professores universitários da área de química forense, que possibilitaram desenvolvimento de metodologias e soluções para casos práticos de exames periciais na Polícia Federal.

3. DO EVENTO DE CAPACITAÇÃO

- 3.1. As características específicas do evento são as discriminadas abaixo:
- 3.2. O evento terá início em 04/11/2018 e se finalizará em 08/11/2018.
- 3.3. O local de realização dos eventos é o Centro de Convenções, situado na cidade de Ribeirão Preto/SP.
- 3.4. Título: 6º Encontro Nacional de Química Forense (ENQFOR).
- 3.5. Modalidade: Conferências, palestras, sessões coordenadas, palestras técnicas, workshops, minicursos, apresentação de trabalhos na forma de pôster.
- 3.6. Valor da Inscrição: R\$ 430,00 por servidor.

4. DA ENTIDADE PROMOTORA

- 4.1. A Sociedade Brasileira de Ciências Forenses é uma associação sem fins econômicos, voltada à promoção de pesquisas e ensino em Ciências Forenses, a estimular o contato entre profissionais da área, e o progresso das Ciências Forenses no Brasil.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 5.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso II e o § 1º do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

- 5.2. A referida norma dispõe:

“Art. 25”. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de

natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI- treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

5.3. Além disso, com relação ao caso concreto, consta no Acórdão 2616/2015 - Plenário do TCU trata do assunto no informativo de jurisprudência do TCU (<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A250D20C480150D3AB46C919B0&inline=1>):

A licitação “... é impossível justamente porque há dificuldade de comparação objetiva entre as propostas, que estão atreladas aos profissionais que executarão os trabalhos. Portanto, nesse tipo de objeto, resta caracterizada a discricionariedade na escolha do contratado (...) Essa é a melhor interpretação da Súmula 264 do TCU, de que a contratação de serviços por notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação”

5.4. O congresso em tela é o evento principal sobre o assunto no mundo, sendo a entidade organizadora, a OSSEO, amplamente reconhecida na comunidade de software livre como a principal liderança no assunto, estando portanto satisfeitos os critérios de notoriedade e especialização.

5.5. Resta verificar o caráter singular do evento. Poderia se aventar a existências de outras associações da mesma categoria profissional que também realizassem congressos sobre o tema, todavia permanecem duas inviabilidades a que se licite o objeto. Esse evento específico difere das suas edições regionais (FOSS4G Europe e FOSS4G North America) por ter como alvo a comunidade internacional, inclusive com a presença das principais lideranças de projetos de software livre geoespacial do mundo inteiro.

5.6. Em primeiro lugar, não nos parece concebível licitar participação em congressos. Trata-se de eventos que divergem das capacitações convencionais principalmente por terem como pressuposto uma ampla participação da comunidade de interessados, resultado que não se pode obter em contratações de eventos privados.

5.7. Em paralelo à inviabilidade de realização em separado, existe a inviabilidade de comparação objetiva entre congressos. Conforme entendimento mais recente do Tribunal de Contas da União, expresso no Informativo de Jurisprudência nº 264, extraído do Acórdão nº 2616/2015-Plenário, a hipótese de inviabilidade de competição tratada no art. 25, inciso II, não decorreria do ineditismo ou raridade do serviço, mas "da própria notória especialização de seu executor", resultando na "impossibilidade de se fixar critérios objetivos de julgamento".

5.8. Assim, um congresso relevante muitas vezes é aquele que sempre traz palestrantes de peso, atrai um público de alto nível, propiciando questionamentos relevantes aos temas trazidos, e traz ao debate temas inovadores, para os quais ainda não existe bibliografia ou capacitações bem estabelecidos.

5.9. Tais qualidades se constata do histórico de edições anteriores do evento, mas não são passíveis de aferição prévia em tempo de licitação, tampouco viáveis de conversão em quesitos objetivos de fácil comparação.

5.10. Diante do cenário, entendemos adequado o enquadramento da aquisição na hipótese de inviabilidade de licitação prevista no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93.

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. O valor da inscrição individual para o evento é R\$ 430,00, totalizando R\$ 15.480,00. O valor é compatível com outros eventos que, apesar de não serem passíveis de comparação direta, possuem temas

relacionados e são comparáveis em termo de porte, infraestrutura necessária e excelência técnica:

Evento	Local	Data	Duração	Valor total (R\$)	Valor por dia (R\$)	URL
6º Encontro Nacional de Química Forense (ENQFor)	Ribeirão Preto/SP	04/11/2018	5 dias	430,00	86,00	http://www.sbcf.org.br/congresso/
18º Congresso de Stress da ISMA BR*	Porto Alegre/RS	26/06/2018	4 dias	1.300,00	325,00	http://www.ismabrasil.com.br/congressos/congresso-2018/inscricao
4º Encontro Nacional de Química Forense (ENQFor)	Ribeirão Preto/SP	31/08/2014	5 dias	460,00	92,00	Anexo SEI 8058568
19º Encontro Nacional de Química Analítica	Caldas Novas/GO	16/09/2018	4 dias	900,00	225,00	http://enqa2018.com.br/inscricao.html
41ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química	Foz do Iguaçu/PR	21/05/2018	5 dias	1.090,00	218,00	http://www.sbq.org.br/41ra/pagina/taxas.php

* Teve participação de 04 servidores da Polícia Federal e as inscrições foram pagas pela COAD/DLOG/PF (Vide Nota Fiscal SEI 8058520).

6.2. O valor das inscrições é anunciado pela internet publicamente e não existe necessidade de identificação do usuário para visualizá-lo, de forma que esse preço é ofertado igualmente para interessados no mundo inteiro, não havendo acréscimo ou decréscimo do valor nominal por se tratar da Polícia Federal.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega definitiva do objeto, após o devido atesto da nota fiscal e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

7.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do serviço.

7.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa beneficiária, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei n. ° 8.666/93.

7.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento sustado até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria.

7.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa beneficiária não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela DITEC/DPF, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1+IPCA/100)N/30-1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

7.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

8. CANCELAMENTO DO EVENTO

8.1. No caso de cancelamento do evento, o valor deve ser integralmente ressarcido à Polícia Federal (DITEC/PF) pela instituição promotora do curso de capacitação.

Brasília, 30 de agosto de 2018.

ELVIO DIAS BOTELHO

Perito Criminal Federal

Chefe do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

APROVO o presente Projeto Básico, ratificando a importância do objeto para o desempenho das atividades desta Unidade e os elementos técnicos apresentados para fundamentar a contratação.

AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JÚNIOR

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **ELVIO DIAS BOTELHO, Chefe de Serviço**, em 30/08/2018, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR, Diretor(a)**, em 31/08/2018, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador

8053456 e o código CRC B9A9CBC3.

Referência: Processo nº 08201.000858/2018-57

SEI nº 8053456